

RONDON, CÂNDIDO

*militar; sertanista; ch. SPI 1910-1958.

Cândido Mariano da Silva Rondon nasceu em Mimoso, no município de Santo Antônio de Leverger (MT), no dia 5 de maio de 1865. Seu pai, Cândido Mariano da Silva, faleceu em 1864, vítima de uma epidemia de varíola, e sua mãe, Claudina Lucas Evangelista, em 1867. Filho único, ficou aos cuidados do tio, Manuel Rodrigues da Silva Rondon, em cuja homenagem acrescentou o nome Rondon ao seu em 1890.

Era de descendência indígena por linhagem materna. Seu bisavô, o paulista Francisco Lucas Evangelista, casara-se com Joaquina Gomes, filha de índios bororos, fixando-se na sesmaria de Morro Redondo, em Mimoso. A sesmaria passou em usufruto aos descendentes de Joaquina Gomes, e Rondon, por ter sido filho único, ocupava o primeiro lugar entre os herdeiros.

Após terminar o curso primário em Cuiabá, ingressou no Liceu Cuiabano em 1879, formando-se aos 16 anos e sendo em seguida nomeado professor primário. Em novembro de 1881, porém, abandonou a atividade de professor e sentou praça como voluntário no 3º Regimento de Artilharia a Cavalos, sempre em Cuiabá. Desejando cursar a Escola Militar do Rio de Janeiro, então capital do Império, veio para esta cidade em dezembro, classificado no 2º Regimento de Artilharia de Campanha.

Em março de 1883 matriculou-se no curso preparatório da Escola Militar, encerrando-o, com distinção, em dezembro de 1884. Em 1885 matriculou-se no curso de cavalaria e infantaria, concluindo-o no mesmo ano. Em 1887 terminou o curso de artilharia e em 1888, ao encerrar o curso de estado-maior de primeira classe, foi promovido a alferes-aluno.

NA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

Em março de 1889 ingressou na então Escola Superior de Guerra, onde ensinava Benjamin Constant Botelho de Magalhães, líder republicano e positivista, de quem se tornou aluno e seguidor. A influência de Benjamin Constant em sua formação foi muito forte, principalmente no que se refere ao positivismo, doutrina que adotou e seguiu por toda a vida.

Teve participação no movimento que depôs a Monarquia em 15 de novembro de 1889, recebendo de Benjamin Constant a missão de, juntamente com Augusto Tasso Fragoso,

apurar qual seria a atitude do almirante Eduardo Wandenkolk em face da saída da “Brigada Estratégica” rebelada. Após a resposta positiva do almirante, integrou a guarda pessoal do comandante da brigada, o próprio Benjamin Constant, participando da tomada do quartel-general e da detenção dos ministros do último gabinete do imperador Pedro II.

Em dezembro de 1889, recebeu o título de engenheiro militar e de bacharel em matemática e ciências físicas pela Escola Militar. Promovido a alferes no dia 4 de janeiro de 1890, três dias depois foi promovido a primeiro-tenente “por serviços relevantes à República”.

NA COMISSÃO CONSTRUTORA DE LINHAS TELEGRÁFICAS

Nomeado em seguida professor substituto de astronomia e mecânica da Escola Militar por indicação de Benjamin Constant, decidiu que antes de assumir o cargo aceitaria o convite que lhe fora feito para desempenhar, em Mato Grosso, as funções de ajudante do major Antônio Ernesto Gomes Carneiro, chefe da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas empenhada em construir a ligação entre Cuiabá e a margem esquerda do Araguaia, divisa com o estado de Goiás. Partiu para Cuiabá em março de 1890 e, findo o trabalho da comissão, retornou ao Rio de Janeiro em maio de 1891 para assumir suas funções na Escola Militar, o que fez em julho do mesmo ano.

Em fevereiro de 1892, casou-se com Francisca Xavier, filha de um de seus professores do curso preparatório. No mês seguinte, foi nomeado chefe do distrito telegráfico de Mato Grosso por indicação do major Gomes Carneiro, e pediu demissão de sua cadeira na Escola Militar para retornar ao sertão e consolidar a linha já construída. Em setembro do mesmo ano, promovido a capitão, substituiu o major Gomes Carneiro na chefia da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas e, em seguida, foi encarregado também da construção da rodovia Cuiabá-Araguaia, parte da chamada “estrada estratégica” que deveria ligar Cuiabá ao Rio de Janeiro. Até então, o acesso a Cuiabá se fazia por via fluvial através do rio da Prata. Como as relações brasileiras com a Argentina estavam tensas, o governo decidiu construir o acesso terrestre à capital de Mato Grosso. No entanto, a crise diplomática foi contornada pouco depois, e a abertura da estrada foi deixada de lado em 1895, prosseguindo porém a construção de linhas telegráficas.

Ainda em 1895, Rondon interrompeu por algum tempo seu trabalho à frente da comissão para responder a um inquérito do Conselho de Guerra, no Rio de Janeiro, por castigos

corporais infligidos a soldados sob o seu comando. O processo, contudo, foi arquivado, e Rondon pôde retornar a Mato Grosso e aos trabalhos da comissão.

Em 1898, com o fim da tarefa de construção de linhas, transferiu-se para o Rio de Janeiro e pediu sua admissão na igreja positivista, à qual, embora fiel, ainda não era filiado. Nomeado auxiliar técnico da Intendência Geral da Guerra em 1899, permaneceu pouco tempo no cargo, recebendo em 1900 a incumbência de estender a ligação telegráfica a partir do Rio de Janeiro até as fronteiras com o Paraguai e a Bolívia, na chefia de nova Comissão Construtora de Linhas Telegráficas. Durante os trabalhos, encerrados em meados de 1906, foi promovido a major em 1903, mesmo ano em que revalidou seu casamento segundo o ritual positivista.

O resultado dessa expedição foi a construção de 1.746km de linhas telegráficas, ficando o Rio de Janeiro ligado a Corumbá e Coimbra, na fronteira boliviana, e a Porto Murtinho e Bela Vista, na fronteira com o Paraguai. Em meio a dificuldades devidas à insuficiência de soldados, a deserções e às baixas provocadas pela malária e pelo beribéri, a expedição recolheu ainda grande quantidade de amostras de minérios, da flora e da fauna da região para o Museu Nacional do Rio de Janeiro.

Ao mesmo tempo, estabeleceu relações amistosas com os índios bororos, que chegaram a participar em diversas ocasiões dos trabalhos de construção, e com os terenas e os quiniquenaus, que vinham tendo suas terras tomadas por fazendeiros. Iniciou a demarcação das terras dessas tribos, conseguindo fazer com que o governo de Mato Grosso reconhecesse a sua propriedade, e colocou ainda sob a proteção da comissão, além dos grupos já citados, os cadiueus e os oiafés, habitantes das cabeceiras dos rios Taboco e Negro, que vinham sendo assassinados por fazendeiros de gado.

Embora o problema indígena fosse alheio às atribuições oficiais da comissão, Rondon procurava sempre travar contato amistoso com os grupos que encontrasse e defender os direitos espoliados dos índios, afirmando, na época: “Temos para com os índios grande dívida contraída desde os tempos de nossos maiores que lhes foram invadindo os territórios, devastando a caça, furtando o mel, para não falar em males muito maiores, mais graves, vergonhosos e infames.” Procurava fazer com que os brasileiros das cidades tomassem conhecimento dos problemas dos índios, e adotou como lema para os homens sob seu comando “Morrer se preciso for, matar, nunca”, inaugurando uma nova forma

sistemática de promover o primeiro contato entre civilizados e as populações indígenas. Logo após o fim dessa primeira expedição, o presidente da República, Afonso Pena, determinou ainda em 1906 a extensão das linhas telegráficas até o vale Amazônico nomeando Rondon engenheiro-chefe da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas. O próprio Rondon escolheu, entre civis, oficiais e praças do Exército, os componentes da expedição, que ficou conhecida como Comissão Rondon e tinha o objetivo paralelo de reconhecer a região, proceder a seu estudo científico e demarcar as terras da fazenda Casalvasco, que se estendia da serra de Aguapeí (MT) à fronteira com a Bolívia.

A expedição descobriu e fez o reconhecimento do rio Juruena, no norte de Mato Grosso, desbravando o nordeste do estado e conseguindo atravessar em seguida a selva amazônica até Manaus, onde Rondon, promovido a tenente-coronel em 1908, chegou no início de 1910 acometido de grave crise de malária. Ao longo de seu trajeto, travou relações amistosas com os índios parecis, alguns dos quais serviram inclusive de guias para a expedição, e aproximou-se dos temidos nhambiquaras, que tinham fama de ferozes antropófagos e até então haviam rejeitado qualquer contato com os civilizados.

De Manaus, Rondon dirigiu-se para o Rio de Janeiro, onde chegou em fevereiro de 1910 sob aclamações populares, após quatro anos de internamento na selva, durante os quais chegou até a ser dado como desaparecido.

NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

Em junho de 1910, foi criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais, e Rondon, seu maior animador, tomou posse como primeiro diretor do órgão no dia 7 de setembro do mesmo ano. A criação do SPI foi possível graças ao apoio do presidente em exercício, Nilo Peçanha, e do ministro da Agricultura, Rodolfo Miranda, pois desde a morte de Afonso Pena (1909) o trabalho de Rondon vinha enfrentando a oposição de diversos elementos do governo, principalmente do ministro da Viação, J. J. Seabra.

Após permanecer no Rio de Janeiro em recuperação de seus problemas de saúde, em março de 1911 Rondon partiu para São Paulo a fim de pacificar os índios caingangues do noroeste paulista, que vinham atacando fazendeiros da região em represália a agressões sofridas.

Resolvida a questão em março do ano seguinte, em junho Rondon voltou a Mato Grosso via Manaus, retomando, já promovido a coronel, o comando dos trabalhos da comissão. No Amazonas, protegeu os índios parintintins, perseguidos e explorados por seringueiros, e rumou para Mato Grosso por terra, em viagem de inspeção das linhas construídas pela comissão e do trabalho realizado pelo SPI.

Em 1913, foi designado para organizar uma expedição para, em companhia de Theodore Roosevelt, presidente dos Estados Unidos de 1901 a 1908, percorrer os vales dos rios Paraguai e Amazonas. Roosevelt trouxe com ele naturalistas norte-americanos a fim de selecionar e coletar material para o Museu de História Natural de Nova Iorque, e Rondon convidou cientistas brasileiros para que também participassem da expedição. Iniciada em dezembro de 1913, a viagem de exploração durou até maio do ano seguinte, e foi descrita por Roosevelt no livro *Through the Brazilian wilderness*, publicado ainda em 1914.

Entre 1915 e 1919, Rondon empenhou-se na elaboração da carta de Mato Grosso, além de prosseguir em seu trabalho com os índios. A comissão que comandava mapeou um extenso território, incluindo as cabeceiras de seis rios, e concluiu o estudo das cabeceiras do Xingu, do alto e do médio Paraguai e de mais de 30 rios. Localizou e identificou diversos acidentes geográficos, descobrindo ainda jazidas de ferro, ouro, diamantes, manganês, mica e gipsita em diversos pontos do estado. Além disso, estabeleceu contato com vários grupos indígenas, desarmando a belicosidade de alguns, como os nhambiquaras, os barbados, os pauatês, os tacuatês, os urumis e os bororos do rio das Garças, e conquistando definitivamente a amizade de outros, como os parecis, os bacaeris, os jarus, os urupás, os parintintins e os botocudos.

Promovido a general de brigada em 1919, Rondon foi nomeado diretor de Engenharia do Exército pelo ministro da Guerra Pandiá Calógeras, conservando todavia o título de chefe da Comissão de Linhas Telegráficas. Na diretoria, promoveu a remodelação de inúmeras instalações militares, bem como a construção de vários novos quartéis.

Em 1922, o presidente Epitácio Pessoa indicou-o para participar da comissão de inspeção das obras contra a seca no Nordeste. Em setembro de 1924, na sequência do movimento revolucionário iniciado em São Paulo em julho, foi designado para o comando das forças legalistas em ação contra os revoltosos no Paraná e em Santa Catarina. Travou combate diversas vezes com as forças rebeldes até junho de 1925, quando, já reunidas na Coluna

Prestes, essas forças se deslocaram rumo ao norte. O comando de Rondon, promovido a general de divisão em dezembro de 1924, foi extinto, e em seguida o general partiu em nova viagem de inspeção das linhas telegráficas ainda existentes, dedicando-se também a estudos para a extensão da ferrovia Noroeste até Cuiabá.

Em 1927, o presidente Washington Luís destacou Rondon para a missão de inspecionar as fronteiras brasileiras desde a Guiana Francesa até o Uruguai, ao longo de mais de dez mil quilômetros. As viagens de inspeção, que também davam continuidade ao trabalho junto aos índios, contaram com a participação de diversos cientistas. Um deles foi Gastão Cruis, que descreveu a segunda expedição, realizada em 1928, em seu livro *A Amazônia que eu vi* (1938).

A eclosão da Revolução de 1930 surpreendeu Rondon em Marcelino Ramos (RS). Preso por forças revolucionárias comandadas por Miguel Costa, Rondon reafirmou sua fidelidade a Washington Luís e recusou-se a apoiar ou aderir ao movimento, apesar dos esforços nesse sentido feitos por Osvaldo Aranha, um dos principais líderes revolucionários. Transferido para Porto Alegre, permaneceu algum tempo preso na capital gaúcha, embora cercado de atenções especiais.

Pouco depois da vitória das forças revolucionárias e da instalação do governo provisório, Rondon foi duramente criticado por Juarez Távora, que em entrevista ao *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro qualificou-o de “dilapidador dos cofres públicos, a distribuir pelo sertão bruto linhas telegráficas aos índios para servir-lhes de brinquedo”. Diante disto, Rondon solicitou a Getúlio Vargas, chefe do governo provisório, sua reforma do Exército em caráter irrevogável, insistindo para que o submetessem a um conselho de justiça ou a um conselho de guerra. Embora aceitasse sua reforma em novembro de 1930, o ministro da Guerra José Fernandes Leite de Castro negou a Rondon seu pedido de exoneração, confirmando-o no cargo de inspetor de fronteiras. Entre 1930 e 1934, Rondon dedicou-se à elaboração do relatório de sua viagem de inspeção de fronteiras, entregando-o afinal a Getúlio Vargas.

Em 1934, agravou-se o conflito entre Peru e Colômbia em torno do porto de Letícia, pertencente à Colômbia por força de tratado de 1924 mas ocupado por peruanos armados desde 1932. O Brasil, através do Ministério das Relações Exteriores, ofereceu seus préstimos como mediador, e, de uma lista de nomes, Getúlio escolheu o de Rondon para

chefiar a delegação brasileira junto aos países litigantes. Rondon permaneceu quatro anos à frente dessa delegação, até que se realizou a conferência que trouxe a solução definitiva para o conflito. Em seu regresso, em 1938, Rondon foi saudado por uma comissão nacional de recepção, composta por todos os ministros de Estado. Um coro regido pelo maestro Vila-Lobos entoou em sua homenagem diversos hinos, entre os quais *Parecis Nazari-Né*, composto pelo próprio Vila-Lobos com base em elementos colhidos por etnógrafos da Comissão Rondon.

Em 1939, foi instituído o Conselho Nacional de Proteção aos Índios, e o general Rondon, então com 74 anos, foi nomeado seu primeiro presidente. O conselho seria o órgão formulador e consultor da política indigenista brasileira, cabendo ao SPI apenas atribuições executivas.

Rondon foi membro da Sociedade dos Amigos da América, fundada em janeiro de 1943 e presidida pelo general Manuel Rabelo, igualmente positivista e engenheiro militar, que servira sob suas ordens em Mato Grosso entre 1907 e 1918. Reunindo militares e líderes políticos civis favoráveis aos Aliados na Segunda Guerra Mundial, a sociedade se colocava contra o fascismo, a favor da democracia e do envio de tropas brasileiras à Europa para combater as forças do Eixo. Ativa entre 1943 e 1945, em 1944 teve sua sede fechada pela polícia do Distrito Federal.

Em 1952, já com 87 anos, Rondon levou ao presidente Getúlio Vargas o projeto de lei de criação do Parque Nacional do Xingu, destinado à preservação da flora e da fauna locais, com usufruto da área para os índios que nela viviam. No ano seguinte, incentivou a criação do Museu do Índio. Em 1956, já aos 91 anos e próximo da morte, apelou ao presidente Juscelino Kubitschek no sentido de salvar o SPI da desmoralização que vinha sofrendo em virtude da intromissão da política partidária na gestão do órgão.

Por seu trabalho de sertanista e de proteção aos índios, Rondon recebeu inúmeras homenagens tanto no Brasil como no exterior. Em 1911, foi aplaudido no Congresso Universal das Raças, reunido em Londres, como exemplo a ser seguido “para honra da civilização”. Em 1914, a Sociedade de Geografia de Nova Iorque concedeu-lhe o prêmio Livingstone. Em 1920, foi condecorado pessoalmente pelo rei Alberto I, da Bélgica, “pelo bem que tem feito pela humanidade”. O III Congresso Internacional de História das Ciências, reunido em Portugal, homenageou-o dando seu nome a um meridiano. Em 1954,

a Universidade da Sorbonne, em Paris, comemorou com uma sessão especial seu 89º aniversário. Em 1957, por iniciativa do Explorer's Club de Nova Iorque e com o apoio de entidades científicas e culturais do mundo inteiro, foi indicado para o Prêmio Nobel da Paz. No Brasil, em 1953 um município de Mato Grosso recebeu o nome de Rondonópolis. Em 1955, por uma lei especial, o Congresso Nacional concedeu-lhe as honras do marechalato. Em fevereiro de 1956, o território federal de Guaporé, percorrido por Rondon em muitas de suas viagens, teve seu nome mudado para Rondônia.

O marechal Rondon morreu em seu apartamento de Copacabana, no Rio de Janeiro, no dia 19 de fevereiro de 1958.

Em abril de 1963, foi escolhido patrono da arma de comunicações do Exército. Em 1968, o Ministério da Educação e Cultura criou o Projeto Rondon, com a finalidade de promover estágios de serviço de estudantes universitários em áreas do interior do país.

Além de diversos discursos, relatórios e conferências, Rondon publicou *Índios do Brasil*, em três volumes: *Do centro, noroeste e sul de Mato Grosso, Das cabeceiras do rio Xingu aos rios Araguaia e Oiapoque* e *Do norte do rio Amazonas*. Publicou ainda, em colaboração com o etnólogo João Barbosa de Faria, *Esboço gramatical, vocabulário, lendas e cânticos dos índios ariti ou parecis* e *Glossário geral das tribos silvícolas de Mato Grosso e outras da Amazônia e do Norte do Brasil*.

Sobre sua vida e atuação, foram publicadas várias obras, entre as quais a de Charles Badet, *Rondon, charmeur d'indiens* (1915), a de Domenico Bartolotti, "Rondon", em *Oro verde del Brasile* (1928), a de Clóvis Gusmão, *Rondon* (1942), a de Oto Carlos Bandeira Duarte Filho, *Rondon, o bandeirante do século XX* (1945), a de Antônio Figueiredo, *Rondon, o protetor dos índios* (1957), a de Ester Viveiros, *Rondon conta sua vida* (1958) e as de Edilberto Coutinho, *Rondon e a integração amazônica* (1968) e *Rondon, o civilizador da última fronteira* (1969).

Jorge Miguel Mayer

FONTES: ALMEIDA, A. *Vultos*; CÂM. DEP. *Anais* (1958-2); COUTINHO, E. *Rondon*; *Estado de S. Paulo* (5/4/1975); *Grande encic. Delta*; *Movimento*, UNE (1957-2); *Novo dic. de história*; *Súmulas*; WANDERLEY, N. *História*.